

**Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)**

**A VARIAÇÃO NA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL ILÍQUIDA DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FOI MUITO DESIGUAL ENTRE 2011/2024, A PERDA DE PODER DE COMPRA FOI MAIOR NOS TRABALHADORES MAIS QUALIFICADOS, E OS TRABALHADORES VÃO RECEBER EM 2024 MENOS 1183 MILHÕES€ DO QUE RECEBERIAM SE TIVESSEM PELO MENOS MANTIDO O PODER DE COMPRA QUE TINHAM EM 2011**

A crise da Administração Pública, a falta de trabalhadores nomeadamente com mais qualificações e com maiores competências, a perda continua do seu poder de compra é uma evidência. Os sucessivos governos têm reduzido o défice e a dívida pública fundamentalmente à custa dos trabalhadores da Administração Pública, não aumentando as suas remunerações pelo menos para compensar a inflação. O quadro 1, com dados publicados pela Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) do Ministério das Finanças, referentes ao 1º Trimestre de 2024, revela uma realidade, a que não se tem dado atenção devida, que está a contribuir para agravar ainda mais a grave crise que enfrenta toda a Administração Pública portuguesa, e a causar a falta de atratividade nomeadamente para trabalhadores com maiores qualificações e competências.

**Quadro 1 – Variação na Remuneração base média bruta (ilíquida) dos trabalhadores da Administração Pública e do seu poder de compra entre 2011 e 2024 por categorias**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL BRUTA (antes dos descontos: CGA/SS,ADSE,IRS)				
	2011	2024	Variação 2011/2024	2024 a preços de 2011	Perda de poder de compra 2011/2024
Pessoal de investigação científica	3 322,9 €	2 902,3 €	-12,7%	2 274,7 €	-31,5%
Técnico superior de saúde	1 886,6 €	1 977,7 €	4,8%	1 550,0 €	-17,8%
Dirigente superior de 2.º grau	3 797,6 €	4 065,0 €	7,0%	3 185,9 €	-16,1%
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 199,3 €	3 425,3 €	7,1%	2 684,5 €	-16,1%
Dirigente superior de 1.º grau	4 061,5 €	4 373,1 €	7,7%	3 427,3 €	-15,6%
Diplomata	2 465,9 €	2 658,5 €	7,8%	2 083,5 €	-15,5%
Médico	2 771,9 €	3 010,5 €	8,6%	2 359,5 €	-14,9%
Dirigente intermédio de 2.º grau	2 663,9 €	2 901,9 €	8,9%	2 274,3 €	-14,6%
Técnico superior	1 676,9 €	1 839,1 €	9,7%	1 441,4 €	-14,0%
Docente ensino universitário	3 557,7 €	3 937,1 €	10,7%	3 085,6 €	-13,3%
Pessoal de inspeção	2 147,9 €	2 421,5 €	12,7%	1 897,9 €	-11,6%
Informático	1 737,2 €	1 965,9 €	13,2%	1 540,8 €	-11,3%
Oficial de justiça	1 436,6 €	1 629,4 €	13,4%	1 277,0 €	-11,1%
Educ. infância e doc. ens. básico/secund.	2 055,9 €	2 353,8 €	14,5%	1 844,8 €	-10,3%
Docente ensino superior politécnico	2 925,4 €	3 350,2 €	14,5%	2 625,7 €	-10,2%
Oficial dos registos e do notariado	1 916,6 €	2 217,2 €	15,7%	1 737,7 €	-9,3%
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	1 959,2 €	2 274,2 €	16,1%	1 782,4 €	-9,0%
Magistrado	4 521,2 €	5 424,9 €	20,0%	4 251,7 €	-6,0%
Assistente técnico/administrativo	913,0 €	1 103,3 €	20,8%	864,7 €	-5,3%
Administração tributária e aduaneira	1 890,1 €	2 293,5 €	21,3%	1 797,5 €	-4,9%
Guarda prisional	1 026,6 €	1 250,7 €	21,8%	980,2 €	-4,5%
Conservador e Notário	3 648,6 €	4 451,0 €	22,0%	3 488,4 €	-4,4%
Bombeiro	994,9 €	1 224,8 €	23,1%	959,9 €	-3,5%
Enfermeiro	1 342,0 €	1 664,3 €	24,0%	1 304,4 €	-2,8%
Polícia Judiciária	1 857,0 €	2 355,4 €	26,8%	1 846,0 €	-0,6%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 258,5 €	1 599,2 €	27,1%	1 253,3 €	-0,4%
Polícia municipal	936,6 €	1 191,0 €	27,2%	933,4 €	-0,3%
Outro pessoal de segurança	1 082,6 €	1 383,6 €	27,8%	1 084,4 €	0,2%
Assist. operacional/operário/auxiliar	612,9 €	860,6 €	40,4%	674,5 €	10,1%

Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 22-04-2024) do Ministério das Finanças e INE (inflação)

Como mostra os dados do quadro (DGAEP), entre 2011 e 2024, a variação da remuneração base média mensal bruta dos trabalhadores das Administrações variou entre **-12,7%** para o “Pessoal de investigação científica” e **+40,4%** para os “Assistente operacional/Operário/Auxiliar”, este último impulsionado pelo aumento do salário mínimo nacional. Se deduzirmos às remunerações base médias de 2024 a inflação verificada entre 2011 e 2024 segundo o INE, concluímos que a perda de poder de compra varia entre **-31,5%** e **-0,2%**. Apenas o “Outro pessoal de segurança” e os “Assistentes operacionais/operários/auxiliares” é que tiveram aumentos de poder de compra, embora as suas remunerações sejam muito baixas nomeadamente as dos últimos que estão pouco acima do salário mínimo nacional (ver última coluna à direita do quadro1). **Um outro aspeto importante que revelam os dados do quadro é que, de uma forma geral, a perda é tanto maior quanto mais elevada é a qualificação do trabalhador.** A política de remunerações dos sucessivos governos não tem tido como objetivo atrair trabalhadores qualificados; muito pelo contrário, visa objetivamente afastá-los e mesmo expulsá-los.

**A SITUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E FORÇAS ARMADAS E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

O quadro 2 mostra a situação dos setores da Administração Pública que estão em maior confronto com o governo (incluímos também as Forças Armadas porque é impensável atualizar as Forças de Segurança e “esquecer” os militares)

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

**Quadro 2- Variação do poder de compra da Remuneração média e do Ganho médio brutos entre 2011/2024**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	VARIACÃO DO PODER DE COMPRA REMUNERACOES BASE MEDIAS MENSAIS (RBMM) E DOS GANHOS MÉDIOS MENSAIS (GMM) BRUTOS (antes descontos CGA/SS, ADSE e IRS)						VARIACÃO DO PODER DE COMPRA DA REMUNERACÃO E DO GANHO BRUTO ENTRE 2011/2024	
	2024		2024 a preços de 2011 (deduziu-se a inflação)		2011		RBMM	GMM
	RBMM	GMM	RBMM	GMM	RBMM	GMM		
<b>TOTAL (todas as Administrações Públicas)</b>	1 730,2 €	2 043,5 €	1 356,0 €	1 601,6 €	1 444,6 €	1 659,9 €	-6,1%	-3,5%
<b>Forças Armadas:</b>								
Forças Armadas - Oficial	1 975,9 €	2 880,2 €	1 548,6 €	2 257,3 €	1 826,5 €	2 409,3 €	-15,2%	-6,3%
Forças Armadas - Sargento	1 587,9 €	2 244,2 €	1 244,5 €	1 758,9 €	1 415,6 €	1 857,4 €	-12,1%	-5,3%
Forças Armadas - Praça	1 022,6 €	1 536,7 €	801,5 €	1 204,4 €	722,9 €	1 000,2 €	10,9%	20,4%
Polícia Judiciária	2 355,4 €	3 441,8 €	1 846,0 €	2 697,5 €	1 857,0 €	2 288,3 €	-0,6%	17,9%
<b>Polícia de Segurança Pública:</b>								
Polícia de Segurança Pública - Oficial	2 374,0 €	2 788,5 €	1 860,6 €	2 185,5 €	2 017,7 €	2 371,6 €	-7,8%	-7,8%
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia	1 970,8 €	2 560,2 €	1 544,6 €	2 006,5 €	1 729,8 €	2 170,8 €	-10,7%	-7,6%
Polícia de Segurança Pública - Agente	1 610,1 €	2 201,9 €	1 261,9 €	1 725,7 €	1 294,8 €	1 739,4 €	-2,5%	-0,8%
<b>Guarda Nacional Republicana:</b>								
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 869,9 €	3 285,6 €	2 249,2 €	2 575,0 €	2 427,2 €	2 751,9 €	-7,3%	-6,4%
Guarda Nacional Republicana - Sargento	2 150,6 €	2 468,7 €	1 685,5 €	1 934,8 €	1 819,4 €	2 092,6 €	-7,4%	-7,5%
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 647,4 €	1 943,4 €	1 291,1 €	1 523,1 €	1 285,9 €	1 558,9 €	0,4%	-2,3%
Guarda prisional	1 250,7 €	2 398,3 €	980,2 €	1 879,6 €	1 026,6 €	1 951,8 €	-4,5%	-3,7%
Médico	3 010,5 €	4 176,1 €	2 359,4 €	3 273,0 €	2 771,9 €	3 642,6 €	-14,9%	-10,1%
Enfermeiro	1 664,3 €	2 046,3 €	1 304,4 €	1 603,8 €	1 342,0 €	1 528,5 €	-2,8%	4,9%
Técnico diagnóstico e terapêutica	1 599,2 €	1 908,5 €	1 253,4 €	1 495,8 €	1 258,5 €	1 412,2 €	-0,4%	5,9%
Técnico superior de saúde	1 977,7 €	2 308,0 €	1 550,0 €	1 808,9 €	1 886,6 €	2 090,0 €	-17,8%	-13,5%
Assistente técnico/administrativo (b)	1 103,3 €	1 307,7 €	864,7 €	1 024,9 €	913,0 €	1 044,2 €	-5,3%	-1,8%
Assist. operacional/operário/auxiliar (c)	860,6 €	1 068,3 €	674,5 €	837,3 €	612,9 €	748,0 €	10,0%	11,9%
Oficial justiça	1 629,4 €	1 920,9 €	1 277,0 €	1 505,5 €	1 436,6 €	1 677,7 €	-11,1%	-10,3%

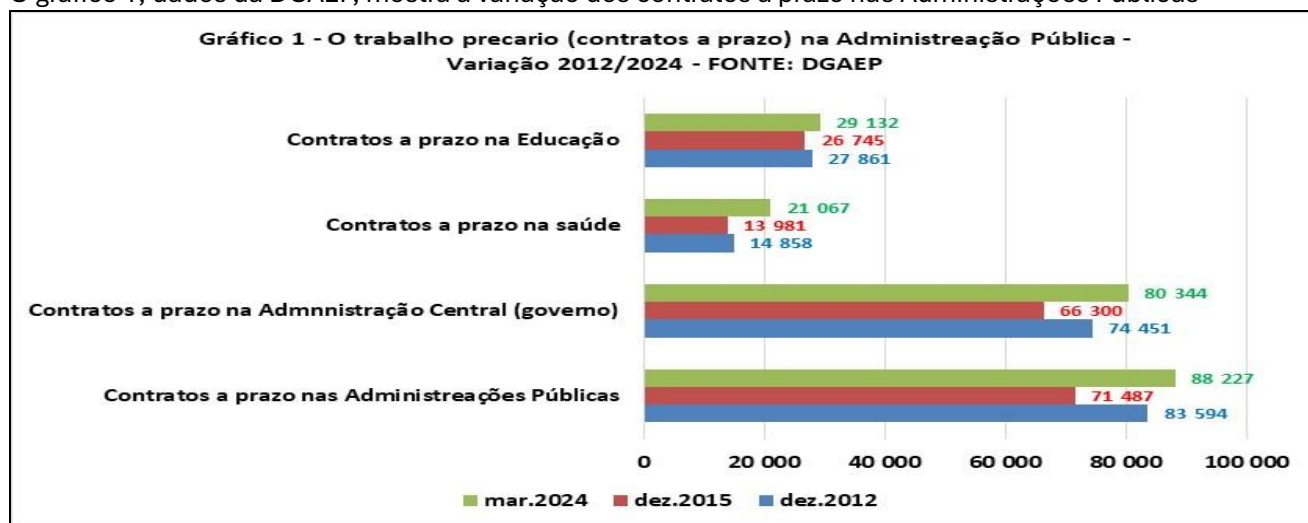
Fonte: DGAEP - SIOE - 1º Trimestre de 2024 (dados disponíveis em 22-04-2024) - Ministério das Finanças e INE (inflação)

Como revelam os dados do quadro, nestes setores da Administração Pública -Forças Armadas, Forças de Segurança, Profissionais de saúde – as categorias que perdem mais poder de compra entre 2011 e 2024, são as dos postos mais elevados (oficiais, chefes, sargentos), e a nível de profissionais de saúde os que perdem mais poder de compra, durante o mesmo período, são os médicos e os técnicos superiores de saúde. Outra conclusão importante que se tira dos dados do quadro, é que a perda de poder compra médio nestas categorias entre 2011 e 2024 é mais do dobro da perda de poder compra médio em todas as Administrações Públicas (nas Administrações Públicas: -6,1% na remuneração base media mensal bruta e -3,5% no Ganho medio mensal bruto).

**OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VÃO RECEBER EM 2024 MENOS 1185 MILHÕES € E OS MEDICOS MENOS 253 MILHÕES € DO QUE RECEBERIAM SE O SEU PODER DE COMPRA QUE TINHAM EM 2011 FOSSE MANTIDO**

Para que o poder de compra da remuneração media mensal bruta dos trabalhadores das Administração Públicas fosse igual ao de 2011, a remuneração media teria de ser aumentada em 113€. Multiplicando este valor pelos 748870 trabalhadores que existiam em março de 2024 e por 14 meses obtém-se 1185 milhões € a menos. Em relação aos médicos, para que a remuneração base media bruta tivesse em 2024 o mesmo poder de compra que tinha em 2011 era necessário acrescentar 525,5€. Fazendo as mesmas contas para os 34375 medicos que estavam no setor publico em mar.2024, eles vão a receber menos 253 milhões €. Isto são valores brutos pois se deduzirmos a CGA e IRS, que o Estado retém, o valor líquido reduz-se apenas a 124 milhões€.

**A VARIACÃO DOS CONTRATOS A PRAZO E DA PRECARIIDADE NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS ENTRE 2011/2024** O gráfico 1, dados da DGAEP, mostra a variação dos contratos a prazo nas Administrações Públicas



2024 (barra a verde) é o ano máximo de contratos a prazo. Mas esta não é a única forma de precariedade na Administração Pública. Ainda há outra que é enorme e que está oculta na rubrica/despesa “prestação de serviços”. Por ex. na ADSE, devido aos obstáculos postos pelo governo à contratação de trabalhadores, todos os anos a ADSE contrata a empresas de trabalho temporário pacotes de 20000 horas que paga entre 7€ a 8€ à hora (os trabalhadores contratados a prazo pela empresa recebem menos). Eugénio Rosa, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt), 18-6-2024 (estudo 23-2024)